

A ARMADILHA DA POBREZA: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS E REGIONAIS PARA O FRACO DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL DOS PAÍSES DO OESTE AFRICANO

Taiane Las Casas Campos¹
Alexandre Cesar Cunha Leite²

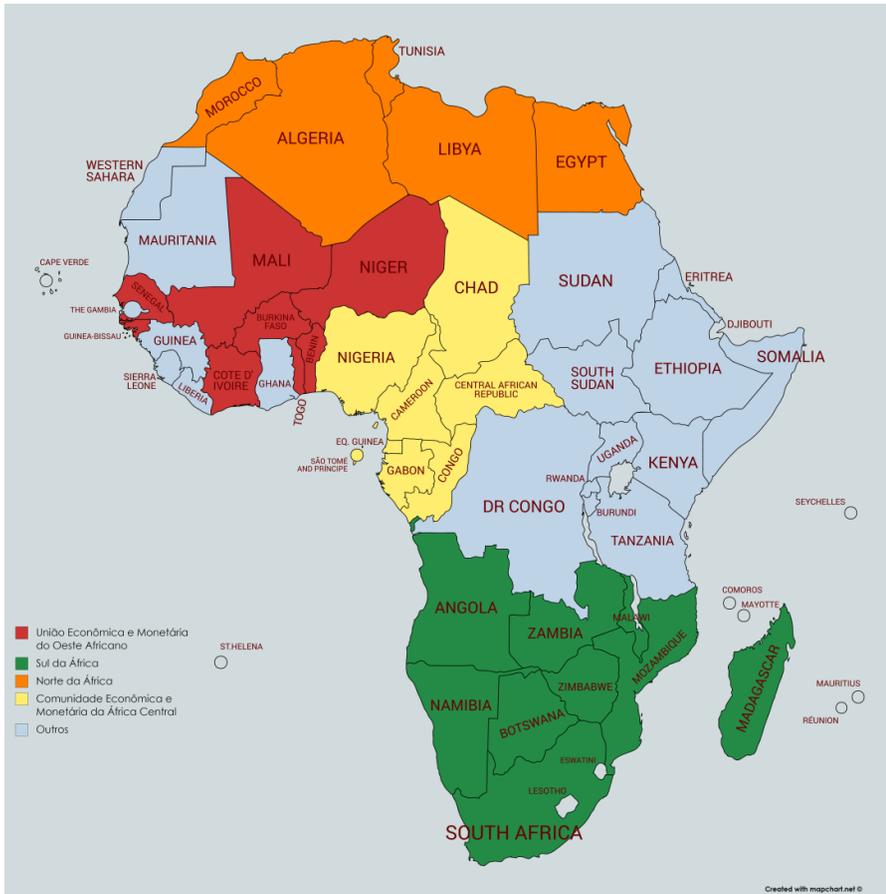
Considerações Iniciais

No oeste do continente africano localiza-se um conjunto de países que se caracterizam por estarem no grupo dos países mais pobres do mundo segundo dados da UN (2018) (destacados em vermelho no mapa 1), a saber: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Esses países têm pequenos territórios e populações, o que implica, em muitos dos casos, alta especialização produtiva, principalmente em recursos naturais (extrativismo) ou na agricultura, baixas escalas de produção e consumo e, como consequência baixos níveis de renda per capita.

1 Docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PPGRI/PUCMINAS). E-mail: taianelascasas@gmail.com

2 Professor Doutor Adjunto-DE do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UEPB. E-mail: alexccleite@gmail.com

Mapa 1 – Continente Africano: países da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (em vermelho)



Elaboração própria (2019). Software: Mapchart.net.

Todos esses países foram colônias francesas que tiveram suas independências na década de 1960. Neste período, como estados independentes, estes países tiveram que estruturar seus sistemas políticos, lidar com suas carências e limitações econômicas, de forma que até o momento (2019) a consolidação da estabilidade política e o desenvolvimento econômico são objetivos a serem alcançados. No que concerne ao crescimento econômico, observa-se (tabela 1) que estes países alcançam crescimento, porém oscilante em função do comportamento do seu fluxo comercial, especialmente, das exportações.

Tabela 1 - Taxa de crescimento anual do PIB dos países selecionados

	Benin	Burkina Faso	Cote d'Ivoire	Guinea-Bissau	Mali	Níger	Senegal	Togo
2000	5,86	1,82	-2,07	5,43	-0,06	-1,41	3,20	-0,78
2001	5,33	6,61	0,12	2,19	15,38	7,10	4,58	-1,63
2002	4,64	4,35	-1,67	-0,99	3,11	3,00	0,65	-0,92
2003	3,44	7,80	-1,36	0,57	9,12	5,30	6,68	4,95
2004	4,43	4,48	1,23	2,76	1,56	0,10	5,87	2,12
2005	1,71	8,66	1,72	4,27	6,53	4,50	5,62	1,18
2006	3,95	6,25	1,52	2,31	4,66	5,80	2,46	4,05
2007	5,99	5,66	1,77	3,26	3,49	3,15	4,94	2,29
2008	4,89	7,29	2,54	3,20	4,77	9,59	4,06	4,06
2009	2,33	2,96	3,25	3,37	4,68	-0,71	2,09	5,54
2010	2,11	5,37	2,02	4,61	5,41	8,36	3,56	6,10
2011	2,96	6,63	-4,39	8,08	3,24	2,28	1,46	6,40
2012	4,82	6,45	10,71	-1,71	-0,84	11,85	5,12	6,54
2013	7,19	5,79	8,89	3,26	2,30	5,27	2,82	6,11
2014	6,35	4,33	8,79	0,96	7,04	7,53	6,61	5,92
2015	2,10	3,89	8,84	6,13	5,96	4,34	6,37	5,74
2016	3,96	5,93	7,97	6,26	5,80	4,93	6,36	4,92
2017	5,84	6,30	7,70	5,92	5,40	4,89	7,08	4,45
2018	6,86	6,51	7,43	3,80	4,90	5,17	6,77	4,88

Fonte World Bank (2019) Elaboração dos autores.

As condições para o desenvolvimento econômico são circunscritas, por um lado, pelos limites colocados pela especialização produtiva – baseada fortemente nas exportações de produtos primários - e, por outro, pelos desafios colocados pelos investimentos necessários nos setores de infraestrutura, educação, saúde, saneamento, dentre outros. A insuficiência de recursos domésticos necessários para superar o atraso relativo desses países acaba por induzí-los a buscarem esses recursos nos espaços institucionais regionais e multilaterais.

Esse artigo insere-se nos debates acerca das condições de crescimento, desenvolvimento e inserção dos países pequenos e subdesenvolvidos no sistema internacional. Ademais, intenta demonstrar que o caso de países

pobres como aqui selecionados, a atuação de instituições econômicas regionais e multilaterais tendem a condicionar seu processo de crescimento e desenvolvimento dadas as limitações derivadas de programas de ajuda financeira e empréstimos.

No campo das Relações Internacionais, essa discussão teve três momentos, mesmo que marginal ao campo, de contribuições de pesquisadores da área e relacionadas (Smith, Pace & Lee 2005) e (Ingebritsen, Neumann & Gsth 2006). No primeiro momento o debate esteve diretamente relacionado a descolonização, apesar do foco não ser necessariamente os países mais pobres, mas sim as ex-colônias (Amin 1972, Amin 1994, Hey 2003). Em um segundo momento, mais recente, discutiu-se o papel de países e coalizões entre o Sul Global, tais como BRICS, IBSA, entre outros (Cooper & Shaw 2009). Nesta mesma ordem, observou-se a estruturação de arranjos cooperativos regionais entre países menores e/ou aliados das grandes organizações institucionais tal como a União Europeia (Thorhallson & Wivel 2006). Por fim, há contribuições acerca dos pequenos – não necessariamente pobres - países que sofreriam os efeitos das mudanças climáticas, são os países ilhas (Briguglio 1995, Scanduraa, Romanoa, Ronghia & Carforab 2018, Ingebritsen, Neumann & Gsth 2006)³. As perspectivas analíticas não são excludentes entre elas, logo, considera-se que ao tratar de ex-colônias e os arranjos cooperativos locais, este texto encontra-se na interseção destas perspectivas analíticas.

Em todos esses casos e momentos, o foco dos pesquisadores do campo das Relações Internacionais tem sido em países que detém recursos, sejam estes econômicos, militares e/ou capacidade política, ou até mesmo mecanismos ou instituições que permitam uma maior inserção regional. Estas lhes conferem alguma “importância” que justifique a relevância destas pesquisas e suas respectivas contribuições para entender a ordem internacional e as condições de inserção destes países na política internacional. Da mesma forma é necessário compreender como estes países participam da ordem econômica e como estes se estruturam para a geração de suas condições de crescimento e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico. Assim, países que não reúnem alguns desses atributos tendem a não fazer parte do radar dos pesquisadores, guardadas as exceções. Mesmo quando se entende que estes países tenham relevância regional e fazem parte de uma dinâmica de reprodução da condição de pobreza, observa-se que as contribuições têm sido nas dimensões de recursos de poder (de perspectiva realistas), ou na dimensão das relações da cooperação (de perspectiva institucionalistas) (Neumann & Gsth 2004).

³ Os autores trazem, na forma de tabela, uma síntese dos estudos referentes aos denominados “small states” (pag. 16).

Posto isso, esse artigo insere-se nas discussões acerca dos países pobres⁴ em termos materiais -, sem poder bélico ou político, inseridos em uma região da África caracterizada pela ausência de líderes regionais expressiva e estruturada, mas que compõem a sociedade de estados e nela se inserem na busca por recursos materiais e políticos de forma a obterem o desenvolvimento econômico e a estabilidade política.

Esses países do oeste africano (marcados em vermelho no Mapa 1) participam de uma miríade de instituições multilaterais, continentais e regionais e delas buscam esses recursos, que lhes faltam para obterem o desenvolvimento. Contudo, esses países são essencialmente *ruling-taker* dessas instituições (IMF 2019).

Conforme demonstrado na tabela 2, os sete países do oeste africano detém, juntos, somente 0,37% das cotas do FMI, o que lhes rende 0,54% dos votos nas assembleias, que ocorrem bienalmente. Conforme o FMI, “decision making at the IMF was designed to reflect the relative positions of its member countries in the global economy” (IMF 2019).

Tabela 2 – Quotas e Votos os países selecionados no FMI (dados de 2019)

Member	Quota		Votos	
	Millions of SDRs(1)	Percent of Total	Number	Percent of Total
Benin	123,80	0,03	2,70	0,05
Burkina Faso	120,40	0,03	2,67	0,05
Côte d’Ivoire	650,40	0,14	7,97	0,16
Mali	186,60	0,04	3,33	0,07
Níger	131,60	0,03	2,78	0,06
Senegal	323,60	0,07	4,70	0,09
Togo	146,80	0,03	2,93	0,06
Sub total	1.683,20	0,37	27,09	0,54
Total geral	475.472.9	100.0	5,031,614	100.0

Elaborados pelos autores com dados do International Monetary Fund

4 A definição de países pobres utilizada pela Organização das Nações Unidas é a de que são aqueles Low-income countries confronting severe structural impediments to sustainable development” (P.1) e os indicadores para avaliá-la são: Per capita GNI, TM Human Asset Index (HAI), Economic Vulnerability Index (EVI) . In UNITED NATIONS Department of Economic and Social Affairs Committee for Development Policy The Least Developed Country Category: 2018 Country Snapshots. (acesso 2019), disponível em <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category/lpcs-at-a-glance.html>

(2019);

(1) The SDR is an international reserve asset, created by the IMF in 1969 to supplement its member countries' official reserves.

Por ocasião de suas independências, as instituições derivadas de Bretton Woods (o sistema ONU) já estavam consolidadas, ou seja, suas regras e formas de participação internacional já estavam definidas (Lichtensztein & Baer 1987). Seguindo o viés dos estudos pós-colonialistas, esses países herdaram, ainda, estruturas econômicas e políticas (a moeda, a estrutura tarifária e as instituições) do colonizador. As condições para o desenvolvimento econômico e social desses países é determinado basicamente pelas suas receitas externas derivadas de saldos comerciais, dos recursos materiais disponibilizados por essas instituições financeiras globais e regionais e pela pequena capacidade de intervenção no espaço econômico doméstico de seus governos.

Portanto, objetivo desse artigo é: focando nos países previamente selecionados que mantêm uma condição de dependência e pobreza no continente africano, analisar as condições destes países de colocar em prática políticas de crescimento, inserção e desenvolvimento, visando sair do que aqui se denomina armadilha da pobreza. Para tanto, há que se observar a atuação de instituições multilaterais que servem como fonte de empréstimos direcionados a redução da pobreza nestes países. Paralelamente, faz-se necessário compreender como a atuação do FMI e suas condicionalidades afetam estes países. Da mesma forma, porém em nível regional, o acordo econômico e monetário regional, a West African Monetary and Economic Union (WAEMU), funciona como limitador da adoção de políticas públicas voltadas ao crescimento econômico destes países. Sustenta-se aqui que estas instituições encerram amarras a adoção de políticas específicas direcionadas ao desenvolvimento. Ainda, a condição econômica atual destes países, especialmente como exportadores de produtos primários, reserva a estes condições pouco favoráveis de inserção no fluxo de comércio regional e global. Especificamente, utilizando as bases do Consenso de Washington (CW) e as instituições de ordem liberal, observa-se que estes países não dispõem de políticas monetárias autônomas e nem de liberdade fiscal para promover o crescimento econômico. Estes acabam tornando-se refém da demanda externa por insumos e de aportes financeiros na condição de empréstimos.

Assim, argumenta-se que o somatório destas condições configura-se em uma armadilha da pobreza, reproduzindo a condição de dupla dependência destes países de variáveis do setor externo (exportações e aportes financeiros de instituições multilaterais) e da impossibilidade de adoção de políticas ativas direcionadas ao crescimento econômico. Ao recorrer a adoção de políticas de

instituições financeiras regionais ou globais, adotam políticas de austeridade fiscal e monetária (Blith 2017) e encontram-se sujeitos das regras impostas por instituições cujo perfil adequa-se a uma ordem liberal. Uma vez que estes têm necessidades de crédito em moeda forte, subordinam-se às regras destas instituições. Obstaculizam assim o crescimento e a possibilidade de uma melhor inserção econômica internacional.

Esse artigo divide-se em três seções além dessa introdução. Na primeira seção descreve-se e avaliam-se as características principais das linhas de crédito disponibilizadas por essas instituições, particularmente no que se refere às condicionalidades, bem como as políticas macroeconômicas passíveis de serem adotadas por governos cujo imperativo seja o crescimento econômico. Na segunda seção, analisa-se a trajetória de atraso desses países no último quarto de século, ou seja, de 1994, ano da maxi desvalorização do franco negociada e viabilizada pelo BM e FMI (Boughton 2012) e o desempenho recente desses países. Por fim, na terceira seção que encerra o artigo, sustenta-se o argumento de que a principal política proposta por essas instituições para esses países, que era a liberalização comercial, não só manteve a condição de serem exportadores de recursos naturais e agrícolas e, portanto, susceptíveis a variações na conjuntura internacional, como não foram capazes de gerar emprego e renda suficiente para superarem sua pobreza.

O Modus Operandi das Instituições Multilaterais e Regionais

Em 1989, Williamson (2009) cunhou a expressão Consenso de Washington (CW), que se referia a um conjunto de 10 medidas econômicas importantes para que a América Latina se recuperasse da crise econômica marcada pelo estrangulamento derivado de uma dívida externa não administrável no curto prazo (Williansom 1990) e de uma inflação elevada presente desde início dos anos de 1980. O objetivo desta seção é discutir, no caso dos países do oeste africano, como as linhas de crédito disponibilizadas para esses países configuram um espaço limitado para a atuação dos seus governos, em termos dos componentes da demanda agregada. Além das medidas do CW, discute-se ainda, os impactos que uma união monetária e aduaneira exerce sobre as economias que a integram.

As reformas econômicas neoliberais têm como fundamento a percepção de que as baixas taxas de crescimento econômico, os elevados níveis de endividamento público e privado, domésticos e externos, e os índices de pobreza são determinados por problemas relativos a condução da política

macroeconômica, bem como da atuação excessiva e ineficiente dos estados na atividade econômica (Martins 2011, Harvey 2005). A partir da função de demanda agregada seria possível identificar essas supostas distorções e o que as instituições multilaterais propunham para que fossem equacionadas.

A taxa de crescimento do produto de uma economia é determinada pela variação positiva das macro variáveis consumo, investimento, gastos do governo e saldo do balanço comercial. O comportamento destas variáveis, por sua vez, depende da gestão de variáveis secundárias como juros, câmbio, renda auferida pelas famílias e empresas e tributação. Logo, os governos, quando direcionam sua gestão para alcançar o crescimento econômico, manipulam estas variáveis no sentido de estimular a dinâmica econômica. Contudo, entende-se que crescimento é um dos passos para alcançar desenvolvimento. Este seria uma expansão e disseminação dos resultados quantitativos para o nível qualitativo, atingindo objetivos tais como melhoria nos indicadores de geração e distribuição de renda, de acesso a serviços de saúde e educação, com sua contínua melhoria ao longo do tempo.

Entre as dez medidas preconizadas pelos formuladores do Consenso de Washington três são relativas ao gasto público, sendo elas: (1) a disciplina fiscal que visa reduzir o elevado endividamento interno e externo (como o caso dos governos latinos americanos - causa fundamental para a crise da dívida entre os anos de 1981 e 1983); (2) a redefinição de prioridades para o gasto público que deveria ser focado em saúde e educação e não em subsídios a setores produtivos, por exemplo, e; (3) reforma no sistema de impostos, que visa ampliar a base da arrecadação e reduzir seus impactos sobre o consumo e produção. O entendimento das instituições de Washington era o de que a austeridade na gestão das contas públicas era essencial para se criar as condições para o crescimento e o desenvolvimento econômico. O que para casos de países de economia frágil como os países aqui tratados não tem apresentado resultados positivos.

Duas outras dentre as dez medidas referem-se ao hiato de comércio, sendo (4) taxa de câmbio competitiva determinada pelo fluxo de entrada e saída de moeda estrangeira em um regime de câmbio flexível que em casos extremos pode sofrer intervenções dos governos; e (5) liberalização do comércio, ou seja, redução das tarifas, subsídios e demais medidas que alterassem os fluxos de comércio⁵.

Por fim, outras 5 medidas impactavam os investimentos, sendo elas (6) a liberalização das taxas de juros que influenciaram os fluxos financeiros; (7) a

⁵ As negociações multilaterais já estavam avançadas no âmbito da OMC quando as instituições de Washington incluíram esse tema em suas proposições.

liberalização para a entrada de investimentos diretos externos; (8) os programas de privatizações que previam a compra dessas empresas e a ampliação dos investimentos nestas e em suas cadeias produtivas; (9) a desregulamentação que visam reduzir as barreiras á entrada e saída da atividade produtiva e (10) a garantia dos direitos de propriedade, item relevante para a manutenção – via critério de segurança – essencial para os investidores estrangeiros e para a estabilidade do fluxo de entrada dos investimentos destinado às economias nacionais.

A proposta de políticas ativas destas instituições apontava no sentido de que os eixos estruturantes da retomada do crescimento econômico dar-se-ia com a expansão dos fluxos de comércio e de investimentos, particularmente daqueles de origem externa. Se os elementos essencialmente endógenos da demanda agregada - consumo e gasto público - não alavancariam o crescimento e o desenvolvimento desses países, suas relações com o ambiente externo, através do comércio, investimentos estrangeiros e dos fluxos financeiros proveriam esses recursos, daí a justificativa para o programa de liberalização.

Em 1996, o FMI e o Banco Mundial desenvolveram um programa conjunto para países pobres, cujos serviços de suas dívidas externas era excessivo em relação às suas capacidades de pagamento. Esse programa denominado *Debt Relief Under the Heavily Indebted Poor Countries* (HIPC) Initiative viabilizou a constituição de um fundo com recursos destinados, entre outros objetivos, a um programa de financiamento denominado *Poverty Reduction Growth Trust* - PRGT- voltado especificamente para os países de baixa renda, sendo que três linhas de crédito compõem esse programa, a saber: *Extended Credit Facility* – ECF -, o *Standby Credit Facility* - SCF- e o *Rapid Credit Facility* - RCF. Essa linha de crédito tem como objetivo “ajudá-los a alcançar, manter ou restaurar uma posição macroeconômica estável e sustentável consistente com a redução da pobreza forte e duradoura e crescimento” (IMF 2018). Esse programa de financiamento teve a duração de 1999 a 2009. A partir desse ano, o FMI adotou o *Extended Credit Facility* como linha mais viável para países com problemas crônicos (mas não imediatos) em seus balanços de pagamentos.

As principais características de cada uma dessas linhas de crédito foram sumarizadas por Coelho (2012), conforme a seguir:

Quadro 1 – Descrição sumária das linhas de crédito mencionadas

Poverty Reduction and Growth Trust (PRGT)	Visa promover o equilíbrio macroeconômico de longo prazo. As taxas de juros são revista de dois em dois anos. É destinado para países de renda baixa. Seus recursos provêm de empréstimos junto aos governos e de empréstimos de outras multilaterais
Extended Credit Facility (ECF)	Veio em substituição a <i>Poverty Reduction and Growth Facility</i> como mecanismo para prover fundos de médio prazo (dez anos) para países de baixa renda com problemas no balanço de pagamentos. Não há cobrança de taxa de juros e o período de carência é de cinco anos e meio, o ECF é herdeiro dos empréstimos de médio e longo prazo (<i>Structural Adjustment Facility e Enhanced Adjustment Facility</i>) que foram introduzidos nos anos de 1980 durante os processos de ajustamento estrutural.
Standby Credit Facility (SCF)	Empréstimos para problemas de liquidez substitui o <i>High Access Component of the Exogenous</i> (ESF). Também para países de renda baixa, tem quatro anos de carência, taxas de juros zero e oito anos de duração.

Fonte: Coelho (2012).

O Grupo Banco Mundial, por sua vez, é composto por 4 agências, sendo uma delas a IDA - International Development Agency, cujas ações são voltadas a projeto de desenvolvimento. Para tal conta com 3 linhas de financiamento, sendo (1) *Investment Project Financing* – IFP -, voltado ao financiamento de projetos infraestrutura física e/ou social; (2) *Development Policy Financing* – DPF - com escopo mais amplo, essa linha oferece apoio orçamentário a governos nacionais ou subnacionais para programas de políticas e ações institucionais cujo objetivo seja o crescimento econômico e a redução da pobreza e, por fim; (3) *Program-for-Results*, que conforme o nome condiciona a liberação de recursos à entrega de resultados definidos (World Bank 2019).

Em 1999, o Banco Mundial deu inicio, no âmbito do *Debt Relief Under the Heavily Indebted Poor Countries* (HIPC) Initiative, ao programa *Poverty Reduction Support Credit* - PRSC-, que associado ao *Poverty Reduction and Growth Facility* – PRGF - do FMI, constituiu-se no mais importante programa dessas instituições de Bretton Woods para os “países de baixa renda”. Essas instituições entenderam a necessidade de ampliar a cooperação e definiram

alguns princípios que deveriam nortear algumas ações conjuntas. O foco dessas ações eram os países de baixa renda e de renda média e os objetivos eram: (i) auxiliar os países a identificar prioridades e conseqüentemente as reformas para serem adotadas nos chamados *Poverty Reduction Strategy Paper*, que são os documentos com o diagnóstico e proposição de políticas que subsidiam os empréstimos; (ii) especificar de forma clara as responsabilidades do banco e do Fundo no que se refere aos empréstimos e outros apoios e; (iii) formular mutuamente as condicionalidades de forma harmonizada (sem condicionalidades cruzadas) nos PRSC e PRGF (IMF & WB 2001).

É importante observar que nos anos de 1980, ambas as instituições tinham linhas de empréstimos baseados nos programas de ajustamento estrutural. Após revisar os resultados desses programas, ficou claro a necessidade de cada uma delas se concentrar em aspectos específicos de ajuda aos países, sendo o FMI responsável pela estabilidade macroeconômica e o Banco Mundial no desenvolvimento, redução da pobreza e nas reformas institucionais. Além disso, no acordo de 1999, essas instituições consideraram que os programas de estabilidade macroeconômica deveriam também focar na redução da pobreza, e que a estruturação dos *Poverty Reduction Strategy Paper* deveria ser conduzida pelos staffs do Banco, do Fundo, dos governos dos países e demais *stakeholders*. As condicionalidades dessas linhas de crédito se dariam a partir da estabilidade macroeconômica, pela qual o FMI seria responsável e pelo Banco Mundial quando a agenda não se referisse diretamente a políticas macroeconômicas, ou seja, a partir do monitoramento:

as políticas monetária, fiscal, taxa de câmbio, os arranjos institucionais que fundamentam essas políticas e os aspectos estruturais relacionados a eles, incluindo aquelas áreas de sobreposição de responsabilidades, tais como o setor financeiro, administração de impostos e governança. Em geral, condicionalidades não poderão ir além dessas áreas exceto se medidas consideradas críticas para a manutenção da estabilidade macroeconômica. Além disso, condicionalidades sobre políticas fora da área central das expertises do FMI serão cobertas pelas operações de empréstimos da IDA (International Monetary Fund and World Bank 2001).

À exceção do Senegal, todos os demais países de nossa amostra receberam os empréstimos PRGF do Fundo Monetário Internacional nos anos de 2000 e continuam com empréstimos junto ao Fundo na versão ECF.

Tabela 2- Acordos do FMI com países da amostra – 2005 a 2019

Country	Linha de crédito	Data final	Initial End Date
	Poverty Reduction and Growth Facility	08/05/2005	08/04/2008
Benin	Extended Credit Facility	06/14/2010	06/13/2013
Benin	Extended Credit Facility	04/07/2017	04/06/2020
Burkina Faso	Poverty Reduction and Growth Facility	04/23/2007	04/22/2010
Burkina Faso	Extended Credit Facility	06/14/2010	06/13/2013
Burkina Faso	Extended Credit Facility	12/27/2013	12/26/2016
Burkina Faso	Extended Credit Facility	03/14/2018	03/13/2021
Cote D'ivoire	Poverty Reduction and Growth Facility	03/27/2009	03/26/2012
Cote D'ivoire	Extended Credit Facility	11/04/2011	11/03/2014
Cote D'ivoire	Extended Credit Facility	12/12/2016	12/11/2019
Mali	Poverty Reduction and Growth Facility	05/28/2008	05/27/2011
Mali	Extended Credit Facility	12/27/2011	12/26/2014
Mali	Extended Credit Facility	12/18/2013	12/17/2016
Níger	Poverty Reduction and Growth Facility	05/28/2008	06/01/2011
Níger	Extended Credit Facility	03/16/2012	03/15/2015
Níger	Extended Credit Facility	01/23/2017	01/22/2020
Senegal	Policy Support Instrument	11/02/2007	11/01/2010
Senegal	Policy Support Instrument	12/03/2010	12/02/2013
Senegal	Policy Support Instrument	06/27/2015	06/26/2018
Togo	Poverty Reduction and Growth Facility	04/21/2008	04/20/2011
Togo	Extended Credit Facility	05/05/2017	05/04/2020

Elaborada pelos autores com base nos dados do FMI (2019).

O Instrumento de Apoio a Políticas (PSI) não é uma linha de crédito, mas um programa de parceria entre o FMI e os governos dos países que buscam consolidar seu desempenho econômico com monitoramento e apoio do FMI. Esse programa funciona como uma espécie de aval do FMI para que doadores e bancos forneçam crédito aos países que utilizam desse programa (IMF 2019). Este instrumento não financeiro é um complemento valioso para as facilidades de empréstimo do FMI no âmbito do Fundo de Redução da Pobreza e Crescimento. O PSI tem por objetivo ajudar os países a projetar programas econômicos eficazes que, uma vez aprovados pelo Conselho Executivo do Fundo, forneceriam sinais claros aos doadores, bancos multilaterais de desenvolvimento e mercados do endosso do Fundo à força das políticas de um membro.

No que se refere ao Banco Mundial, identifica-se aproximadamente 80 contratos de financiamento celebrados com os sete países analisados, entre os anos de 2005 e 2019⁶. A linha com maior número de empréstimos (24 em 80) é a PRSC que foi executada em cinco dos sete países analisados, a exceção do Níger e Togo (World Bank 2019).

Essa é uma região marcada por conflitos internos. Assim, países como Togo, Costa do Marfim, Mali e Níger receberam além dos empréstimos no formato PRSC, aqueles voltados a reconstrução pós-conflito, os chamados “*Economic Governance & Recovery Grant*”. Outra linha disponibilizada a esses países é a *Development Policy Operations* – DPO - que podem se consolidar nas formas de empréstimos, créditos ou subsídios. As condicionalidades dessa linha são: (a) manutenção de um quadro de política macroeconômica adequada, conforme determinado pelo Banco com contribuições de avaliações do FMI; (b) implementação satisfatória do programa global de reformas; e (c) conclusão de um conjunto de políticas e ações institucionais críticas mutuamente acordadas (ações anteriores) entre o Banco e o cliente (World Bank 2019).

Por fim, chama a atenção duas linhas de financiamento, a saber: a “*Governance and Growth Support Credit e a Fiscal Reform and Growth Credit*”. Ambas são direcionadas às reformas no setor público, as reformas na política fiscal e nos serviços sociais de forma a incentivar a participação do setor privado, “já que a estabilidade fiscal e macroeconômica e o capital humano são fatores-chave para o investimento e a produtividade das empresas” (World Bank 2019).

Além das condicionalidades no âmbito macroeconômico, estabelecidas pelo Banco Mundial através das linhas PRSC em conformidade com as medidas do Consenso de Washington, em anos mais recentes e para alguns países, a agenda toma a forma clara de ajuste das contas públicas e reforma do estado. Da descrição, entende-se que a agenda institucional encerra um caráter limitador no que concerne a adoção de políticas públicas direcionadas ao crescimento e desenvolvimento por parte destes países. Quando somadas as suas condições domésticas e regionais, observa-se que a proposta de estabilidade centrada em reformas cujo princípio regente é a austeridade e que estes países devem adotar medidas que demandariam maior estrutura institucional percebe-se que FMI e BM apenas têm reforçado a condição de dependência e a reprodução da condição de pobreza destes. O tópico a seguir apresenta os dados de desempenho econômico destes países possibilitando

⁶ Os dados disponíveis no site se referem a esse período. Essa base de dados está disponível em <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services#IPF> (acesso em junho 2019)

uma análise mais acurada da situação e, simultaneamente, sustentando o argumento da reprodução ou da armadilha da pobreza.

Desempenho Macroeconômico e Indicadores Sociais

Nos anos de 1930, a França inicia um processo de estabelecer uma moeda única para todas as suas colônias, o que se consolida ao final da II Guerra Mundial (IIGM) com a criação do CFA franco (Franco das Colônias Francesas na África). O CFA franco tinha sua conversibilidade para o franco francês garantido pelo tesouro francês estabelecendo operações para cada banco central das colônias (Bibow 2016). Em 1948, a taxa de conversibilidade dessas moedas era de 1 (um) CFA franco para 2 francos franceses. Essa taxa foi sistematicamente alterada até que em fins dos anos de 1960, essa taxa era de 50 CFA franco para cada franco francês (Bibow 2016). No ano de 1960, todos esses sete países tornaram-se estados independentes, o que não implicou em alteração nesse padrão monetário.

A sobrevalorização do CFA franco impunha a necessidade de ajustar a taxa de câmbio a partir de uma expressiva desvalorização dessa moeda. Essa mudança geraria necessariamente impactos expressivos sobre os preços domésticos, considerando a forte dependência por importações de uma ampla gama de produtos consumidos nesses países (basicamente, manufaturados). Dessa forma, essa desvalorização foi resultado de um importante processo de negociação entre os governos das ex-colônias, o governo francês, o Banque Centrale Des Etats de L'Afrique de L'ouest –BCEAO-, o FMI, BM. Essas negociações resultaram, em janeiro de 1994, na decisão de desvalorizar o franco CFA em 100%, ou seja, a taxa de câmbio passaria a ser de 100 para 1 e a criação da West African Monetary and Economic Union -WAEMU-. A União monetária já existia uma vez que a moeda única já era uma realidade, a partir de 1994 além da união monetária, esses países criaram também uma estrutura institucional que coordenaria a política monetária, através do BCEAO e constituiriam a união aduaneira.

Essa união aduaneira foi instituída a partir da crise de 1994 e previa a criação de uma estrutura institucional que trataria das condições para a existência de uma área de livre comércio entre os membros associado a uma política de comércio extrablocos plenamente harmonizada. Atualmente, a WAEMU tem cinco faixas (bandas) para suas tarifas externas, sendo 0, 5%, 10%, 20% e 35%, sendo que 90% das linhas tarifárias estão nessas faixas.

Ainda em 1994, iniciaram-se as negociações para a criação de uma moeda única entre países europeus e, em 1999, consolida-se a convergência das taxas de câmbio. Por fim, em 2002, a nova moeda – o euro- começa a

circular entre os onze países que o adotaram, inclusive a França. Desde então, o franco CFA tem uma taxa de conversão para o euro de 655,96 francos CFA por €1,0 (um euro), sem alteração até os dias de hoje. A estabilidade do franco CFA é baseada em quatro princípios: (1) a garantia de conversibilidade ilimitada pelo tesouro francês; (2) o regime de câmbio fixo; (3) a liberdade de transferências de recursos dentro do bloco; e, (4) as reservas serem comuns para todos os membros. Parte das reservas dos membros da WAMEU é depositada no tesouro francês. Sendo a estrutura monetária administrada pelo BCEAO, a inflação entre países do WAMEU é, na média, mais baixa que nos Estados Unidos e bem próxima daquela da zona do euro.

Tabela 4 - Taxa de Inflação – em %

	Euro	EUA	WAMEU
2011	2,7	3,2	3,9
2012	2,5	2,1	2,4
2013	1,4	1,5	1,5
2014	0,4	1,6	-0,2
2015	0	0,1	1,0
2016	1,1	1,3	0,3
2017	1,5	2,2	0,8
Média	1,37	1,71	1,39

Fonte: BCEAO, 2017. Elaboração própria.

A partir dessa reestruturação das relações econômicas regionais, o objetivo de reduzir as dificuldades econômicas não foi alcançado a despeito da baixa taxa de inflação. Esta se deve mais ao baixo poder aquisitivo e reduzido nível de consumo das sociedades locais do que ao resultado das políticas monetárias e fiscal. Ademais, as restrições econômicas frente a nova paridade cambial tendem a agravar-se, obstaculizando ainda mais a trajetória de desenvolvimento destes países. A desvalorização de 1994 foi necessária, dentre outros motivos, pela expressiva queda nos preços dos produtos agrícolas exportados por esses países (WTO 2018).

As receitas públicas também se deterioraram em função das quedas nas exportações. Logo, esses países necessitavam de reservas internacionais e é a partir dessa demanda que o FMI e o Banco Mundial ampliam suas atividades prestamistas junto a esses sete países.

Além da rigidez das taxas de cambio, a criação da WAMEU implica na

consolidação de tarifas externas para os países do bloco. Desde 2015, o bloco tem cinco bandas tarifárias que define 90% de todas as linhas tarifárias, sendo que a tarifa média é 12,1% (WTO 2018). A união econômica não estimula o comércio intrabloco, uma vez que, segundo a WTO (2018), somente 10% do comércio deu-se entre os países do bloco em 2015. Em 2010 este fluxo havia alcançado 13%.

Tabela 5 - Saldos Comerciais em bilhões de dólares

Ano	Benin	Burkina Faso	Costa do Marfim	Mali	Níger	Senegal	Togo
2017	-2.333	-926	2.955	-2.433		-3.739	-865
2016	-2.220	-822	2.200	-997	-933	-2.837	-1.001
2015	-1.849	-802	2.312		-1.668	-2.983	-1.020
2014	-2.735	-729	1.807		-1.101	-3.752	-949
2013	-2.338	-1.714	-399		-376	-3.891	-820
2012	-1.856	-1.157	1.091	-852	-307	-3.902	-701
2011	-1.681	-93	4.329	-977	-836	-3.367	-903
2010	-1.599	-760	2.434	-2.707	-1.793	-2.691	-556
2009	-1.123	-1.074	3.320		-999	-2.695	-531
2008	-1.292	-1.400	1.895	-1.420	-182	-4.357	-608

Elaborado pelos autores com base nos dados da COMTRADE (2019).

Há outro problema que merece ser ressaltado. Observa-se nestes países uma forte dependência da exportação de produtos primários e de baixo valor agregado e das importações de produtos industrializados e serviços. Esta caracterização do fluxo de comércio determina que, a exceção da Costa do Marfim - economia mais desenvolvida da região-, todos os demais tenham déficits persistentes em suas balanças comerciais, como demonstrados na tabela 5.

O Benin, Burkina Faso, Mali e Togo têm o algodão como um dos principais produtos de exportação. Burkina Faso e Mali também exportam pérolas naturais, cultivadas e pedras preciosas e semipreciosas e, por fim, Costa do Marfim e Senegal têm o petróleo e outros óleos minerais como o mais importante produto de exportação. Em contrapartida, as importações são majoritariamente de produtos industriais tais como veículos, máquinas e equipamentos, além de petróleo (para aqueles não produtores) e cereais, como no caso do Benin (COMTRADE 2019).

Em anos recentes, observa-se uma pequena elevação da carga tributária nesses países do oeste africana.

Tabela 6 - Carga Tributária em relação ao PIB - em %

	Benin	Burkina Faso	C o t e d'Ivoire	Mali	Senegal	Togo
2001	13,69	s.d.	14,31	10,59	16,12	s.d.
2002	14,41	10,87	14,63	11,17	s.d.	s.d.
2003	14,27	11,09	13,38	12,77	s.d.	s.d.
2004	14,64	12,70	14,19	13,69	s.d.	15,31
2005	13,81	11,75	13,88	13,30	s.d.	13,88
2006	14,21	12,12	14,66	13,32	s.d.	14,81
2007	15,69	12,69	15,06	13,06	s.d.	16,20
2008	16,12	11,86	15,05	11,90	s.d.	14,91
2009	14,99	12,52	14,60	12,99	17,97	15,34
2010	15,53	12,72	14,33	12,89	18,66	15,70
2011	14,82	13,75	10,93	12,55	18,97	16,44
2012	14,41	15,63	14,26	12,99	18,95	16,60
2013	15,38	16,82	14,54	13,03	s.d.	20,02
2014	s.d.	15,37	13,97	12,61	19,62	s.d.
2015	s.d.	15,07	15,45	14,09	20,63	21,79
2016	s.d.	15,84	15,25	15,38	20,54	21,93

Elaborados pelos autores com base nos dados do World Bank (2019).

Contudo, a participação desses governos na renda nacional está entre 15 e 20% do PIB nos países da região (World Bank 2019). O círculo vicioso da pobreza configura-se na medida em que com alta propensão marginal a consumir, as transferências de renda para os governos têm que ser necessariamente de pouca monta. Assim, se considerarmos as necessidades da população em termos de serviços públicos, somados aquelas referentes à infraestrutura e demais demandas necessárias ao desenvolvimento conclui-se que essa carga tributária é insuficiente para esses fins.

Por fim, uma análise dos indicadores sociais desses países indicam a real dimensão de suas necessidades. Se considerarmos o percentual da população vivendo com US\$ 1,90 ao dia, observa-se os seguintes números: Benin 49,5% (2011), Burkina Fasso 43,7% (2014), Costa do Marfim 28,2%

(2013), Mali 49,7% (2009), Níger 44,5 % (2014), Senegal 38% (2011) e Togo 49,2 % (2015). Quando se trata do indicador de expectativa de vida ao nascer, há um crescimento muito expressivo desde a independência. Em 1960, a expectativa média para esses sete países era de 35 anos e em 2017 saltou para 59 anos. Contudo, mesmo para o *Least Development Countries* (LCD, WB) essa expectativa era de 39 anos em 1960 e em 2017 chegou aos 63 anos (World Bank, 2019).

As taxas de alfabetização de homens adultos (acima de 15 anos) é um indicador da necessidade de gastos públicos na educação. Enquanto os LDC têm em média 77% dessa população alfabetizada, o Benin e Burkina Fasso são 44%, Costa do Marfim 50%, Mali 45%, Níger 39%, Senegal 64% e Togo em melhor posição 77% dos homens adultos são alfabetizados (World Bank, 2019).

Por fim, esses países estão entre os vinte países com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano, sendo que o Níger é o mais baixo entre todos os países, ocupando a posição 188, ou seja, a última posição no ranking.

Pais	IDH	Ranking IDH Global
Benin	0,48	166
Burkina Faso	0,402	183
Cote d'Ivoire	0,462	172
Mali	0,419	179
Niger	0,348	188
Senegal	0,466	170
Togo	0,484	162

Fonte: Elaboração própria a partir dados do PNUD (2019).

A Armadilha da Pobreza: Mecanismos Institucionais Atuando como Reprodutores de Pobreza

Há evidências na literatura que as políticas de austeridade impostas na forma de condicionantes pelo FMI e BM não tem derivado em sucesso no que concerne ao crescimento e desempenho das economias submetidas a estas soluções (Bailey & Shibata 2017, Bailey 2018, Blith 2017). A condução das agências internacionais direcionadas a processos de estabilização econômica até mesmo a condução e constituição de mecanismos regionais de integração econômica não é nova. É de domínio público que a política de empréstimos

do FMI trazia (como ainda traz) na esteira um conjunto de condicionalidades especialmente no que concerne a políticas de ajustamento (Coelho 2012). Ao adotar o uso do termo e do discurso de austeridade, estas agências internacionais desconsideram que austeridade não é uma política, ou um conceito, simplesmente implementado sem levar em consideração o cenário político e institucional dos países assim como os valores e práticas sociais vigentes, as contradições, as assimetrias, diversidade e desigualdade típicas destes países (Worth 2018). Este é o caso dos países selecionados na análise realizada neste artigo. Os países da região oeste da África, particularmente aqueles integrantes da união monetária WAEMU, como identificados no início deste texto, padecem de situação precária em termos de estrutura política, econômica e social. Não bastassem suas restrições de ordem doméstica, o entorno regional não apresenta dinamismo suficiente para exercer a função de motor do crescimento e desenvolvimento e a condição de independência tardia consiste em outro fator de estrangulamento estrutural.

A junção de uma política econômica amparada nas diretrizes do CW com a constituição de uma união econômico-monetária (WAEMU) apresenta-se como limitador de ação destes países (Briguglio 1995). Com base nos “princípios” do CW, atrelados aos condicionantes impostos pelo FMI a estes países, é possível verificar um efeito de dupla dependência externa, a saber: (i) por um lado a dependência do fluxo de comércio que como demonstrado nas seções anteriores encerram uma dependência de uma demanda externa (variável exógena) e geradora de desequilíbrios e instabilidade; e (ii) por outro observa-se a contínua dependência de encaixes monetários na forma de empréstimos oriundos de programas do Fundo. A estas duas formas de criação de dependência, soma-se a relação cambial derivada do surgimento do Euro como moeda comum na EU. Quando em 2002 a França, junto aos demais países constituintes da EU adotam o Euro, a relação cambial estabelecida com o franco CFA enrijece a política cambial dos países do oeste africano, integrantes do WAEMU. Uma vez que há controle monetário voltado ao objetivo da estabilidade, entende-se que estes países são privados do uso da política monetária. Para completar o enrijecimento dos mecanismos de política econômica que poderiam fomentar ou viabilizar um melhor desempenho econômico e a saída de uma situação de pobreza contínua, observa-se que a política fiscal não se constitui instrumento de financiamento público suficiente. A base tarifária do comércio internacional também é fixada, finalizando assim as possibilidades destes países atingirem níveis de crescimento e desenvolvimento que os retirasse de uma situação de pobreza contínua.

Diante deste cenário uma saída no horizonte seriam os programas

do BM e FMI, contudo, como foi possível observar nos tópicos anteriores, estes acabaram gerando mais distorções do que soluções. Estes aportes (empréstimos e linhas de crédito) a despeito de se direcionarem a países de renda baixa com baixo custo no que concerne ao endividamento traziam condicionalidades de estabilidade macroeconômica que contribuíam pouco para o desempenho destes países. Ao contrário, a condição de estabilidade agia no sentido contrário a políticas de crescimento. Uma vez que o crescimento restringia-se a saldos comerciais oriundos da exportação, e estes se apoiavam em produtos primários, ao verificar que a oferta interna e base produtiva é dependente da importação de produtos acabados de maior valor adicionado, observa-se que atrelar o crescimento a saldos comerciais constituem fator de incerteza no que concerne ao crescimento destes países.

Entende-se que o somatório de variáveis e eventos relacionados a estes países, com relações de profunda dependência (institucional e de perfil colonial) determina uma armadilha da pobreza da qual estes países não vislumbram mecanismo de escape.

Uma síntese do que foi exposto neste artigo indica que a equação de geração de renda destes países é dependente e subordinada a variáveis exógenas. O fluxo de comércio depende de demanda externa (de países ex-colonizadores) e a instituição econômica regional tende a limitar as possibilidades de atuação política autônoma dos Estados. Tudo leva a crer que a sequência de independência tardia somada a manutenção da relação colonial (principalmente na questão monetária e no fluxo de comércio) (Canac & Garcia-Contreras 2011), quando associada a baixa capacidade de gerar dinamismo econômico forçosamente levam estes países a buscar auxílio em instituições internacionais/multilaterais (como BM e FMI).

Ao fim e ao cabo, estas instituições apresentam-se como uma possibilidade de financiamento do desenvolvimento, o que conforme observado aqui, não se configura em uma real garantia de escape para a armadilha da pobreza. Instituições regionais tendem a uniformizar as regras de entrada e as condicionalidades que adicionam um fator restritivo no caso destes países. Entende-se, tomando por base o que foi previamente exposto, que para além das instituições multilaterais, as instituições regionais não são geradoras de desenvolvimento para estes países. Ao contrário, seus instrumentos de atuação e suas condicionalidades são elementos não só limitadores das possibilidades de desenvolvimento, mas também reprodutoras da dependência que encerra a armadilha da pobreza nestes países.

REFERÊNCIAS

- Amin, S. 1972. Underdevelopment and Dependence in Black Africa — Origins and Contemporary Forms. *The Journal of Modern African Studies*, 10(4), 503-524.
- Amin, Samir. 1994. *Al fracaso del desarrollo en África y en el Tercer Mundo: un análisis político*. EPALA Editorial,
- Bailey, D., M. Clua-Losada, N. Hukec, O. Ribera-Almandozd, and K. Rogerse 2018 “Challenging the Age of Austerity: Disruptive Agency after the Global Economic Crisis.” *Comparative European Politics* 16 (1): 9–31.
- Bailey, D., and S. Shibata. 2017. “Austerity and Anti-Austerity: The Political Economy of Refusal in ‘low-resistance’ Models of Capitalism.” *British Journal of Political Science*
- BCEAO. Banque Centrale Des Etats de L’Afrique de L’ouest. *Monthly Bulletin Of Waemu Economic Statistics*, DECEMBER 2017. Accessed August 2019. <https://www.bceao.int/en/publications/monthly-bulletin-waemu-economic-statistics-december-2017>.
- Bibow, J. 2016. *The euro experience: lessons for Africa*, UNCTAD.
- Boughton, James. 2012. *Tearing Down Walls : The International Monetary Fund 1990-1999*, International Monetary Fund. Published March 2012 DOI:<http://dx.doi.org/10.5089/9781616350840.071> ISBN:9781616350840Page:1036
- Blyth, Mark. 2017. *Austeridade: a história de uma ideia perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Briguglio, Lino. 1995. Small Island Developing States and Their Economic Vulnerabilities, *World Development*, Vol. 23, No. 9, pp. 1615-1632,
- Canac, P., and Garcia-Contreras, R. 2011. Colonial Hangover: The Case of the CFA. *Journal of Asian and African Studies*, 46(1), 54–68.
- Coelho, Jaime Cesar. 2012. A Política de empréstimos do fundo monetário internacional : soberania e hierarquia na economia política internacional. *Rev. Tempo do Mundo*, 4 (1): 181-198
- Cooper A.F., Shaw T.M. 2009. The Diplomacies of Small States at the Start of the Twenty-first Century: How Vulnerable? How Resilient?. In: Cooper A.F., Shaw T.M. (eds) *The Diplomacies of Small States*. International Political Economy Series. Palgrave Macmillan, London.
- Harvey, David. 2005. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press.
- Hey, Jeanne A. K. 2003. *Small States in World Politics: Explaining Foreign Policy Behavior*. Lynne Rienner Pub; UK ed. edition, 210 pages

- IMF. 2019. *Factsheet -- The Policy Support Instrument*. <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/02/21/21/Policy-Support-Instrument-2019>
- IMF – International Monetary Fund. *MF Members' Quotas and Voting Power, and IMF Board of Governors*. Accessed June 2019. <https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx>.
- Ingebritsen, Christine, Neumann, Iver, Gsthk, Sieglinde. 2006. *Small States in International Relations*. University of Washington Press, Washington.
- International Monetary Fund and World Bank. 2002. *Strengthening IMF-World Bank Collaboration on Country Programs and Conditionality—Progress Report Prepared by PDR (IMF) and OPCS and PREM (World Bank) August 19*, <https://www.imf.org/external/np/pdr/cond/2002/eng/collab/081902.pdf>; 2001 FMI <https://www.imf.org/external/np/pdr/cond/2001/eng/collab/082301.pdf>.
- Lichtensztejn, Samuel; Baer, Monica. 1987. *Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial*. São Paulo: Brasiliense, 239 p.
- Martins, Carlos Eduardo. 2011 *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo, Boitempo Editora, cap. 7 p.313-347.
- Neumann, Iver B., Gsthk, Sieglinde. 2004. *Lilliputians in Gulliver's World? Small States in International Relations*. Working Paper 1- Centre for Small State Studies. University of Iceland May. Accessed August 2019. <https://www.diplomacy.edu/lilliputians-gullivers-world-small-states-international-relations>.
- PNUD 2019. *Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Índice de Desenvolvimento Humano- IDH*. Accessed October 2019. <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idho/rankings/idh-global.html>.
- Scandurra, G., Romano, A.A., Ronghia, M., Carforab, A. 2018. On the vulnerability of Small Island Developing States: A dynamic analysis. *Ecological Indicators* 84 382–392. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X17305848>.
- Smith, Nicola, Pace, Michelle, Lee, Dona, 2005. Matters: Small States and International Studies. *International Studies Perspectives*, Volume 6, Issue 3, August, Pages ii–iii, https://doi.org/10.1111/j.1528-3577.2005.215_1.x Published: 08 June 2005.
- Thorhallsson, Baldur, Wivel, Anders. 2006. Small States in the European Union: What Do We Know and What Would We Like to Know? , *Cambridge Review of International Affairs*, 19:4, 651-668, 22.

- United Nations. 2018. *List of Least Developed Countries*. Accessed August 2019. https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/ldc_list.pdf.
- World Bank. 2018. *PROGRAM INFORMATION DOCUMENT (PID) CONCEPT STAGE*. April 11, 2018 Report No.: 125612 <http://projects.worldbank.org/P167278/?lang=en&tab=documents&subTab=projectDocuments>.
- World Bank Data. 2019. *Countries and Economies*. Accessed August 2019 <https://data.worldbank.org/country>.
- WTO - World Trade Organization. .2018. *Trade Policy Review Report By The Secretariat Member Countries Of The West African Economic And Monetary Union (WAEMU)*. WT/TPR/S/362/Rev.1 27 February (18-1256) Page: 1/527. Accessed July 2019. https://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp_rep_e.htm#bycountry.
- Williamson, J. 1990. "What Washington Means by Policy Reform", *Latin American Adjustment*, IN Williamans, John. *A Short History of the Washington Consensus*. 15 *Law & Bus. Rev. Am.* 7 (. Available at: <http://scholar.smu.edu/lbra/vol15/iss1/3>
- Worth, O. 2018. "The Battle for Hegemony: Resistance and Neoliberal Restructuring in Post-crisis Europe." *Comparative European Politics* 16: 126–142.

RESUMO

Esse artigo analisa as condições para que sete países localizados na costa ocidental africana estabeleçam de forma prática políticas de crescimento e desenvolvimento econômico, de forma a superar o que denominamos armadilha da pobreza. Esses países poderiam buscar nos níveis regional e multilateral os recursos necessários à superação de seu atraso. Contudo, identificamos que a principal política proposta por essas instituições para esses países, que era a liberalização comercial, não só manteve a condição de serem exportadores de recursos naturais e agrícolas e não foram capazes de gerar emprego e renda suficiente para superarem sua pobreza.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento; África; Armadilha da Pobreza.

Recebido em 16 de outubro de 2019

Aprovado em 8 de maio de 2020